

Cobrança de inativos e redução de pensões são mantidas pela CCJ



■ Nenhuma das 56 emendas analisadas ontem pela comissão foi aprovada. Votação prossegue terça-feira

Os líderes deixaram para terça-feira pontos que podem sofrer mudanças, como o subteto salarial dos executivos estaduais. Além da contribuição dos inativos, os senadores mantiveram a aposentadoria compulsória do servidor aos 70 anos, o redutor para pensões e mudanças no reajuste de pensões e aposentadorias.

Página 5

VOTAÇÃO Os senadores da CCJ reuniram-se ontem durante sete horas para decidir sobre parte das emendas à reforma da Previdência

50 ANOS DA PETROBRAS



Oito homens públicos que lutaram na campanha "O petróleo é nosso" receberam ontem a Medalha do Mérito Legislativo, a mais alta comenda do Parlamento brasileiro. O presidente do Senado, José Sarney (foto), participou da solenidade na Câmara e visitou exposição sobre curso de fabricação de instrumentos mantido pela Petrobras.

Página 3

Situação da mídia preocupa senadores

Os impactos da reforma tributária na área de comunicação preocupam os senadores Osmar Dias, Hélio Costa, Maria do Carmo Alves e Roberto Saturnino. Eles se manifestaram ontem, durante audiência com representantes do setor promovida pela Comissão de Educação e pela Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática.



IMPORTÂNCIA Osmar quer manter incentivos à cultura, esporte, ciência e comunicação

Jucá pode ser indicado relator da reforma tributária

Página 4



Lúcia Vânia critica proposta orçamentária

Em entrevista à Agência Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou a redução de recursos para programas de atenção a pessoa portadora de deficiência previstos no Orçamento da União. A senadora participou ontem de audiência pública na Subcomissão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, que contou com a presença do gerente da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Gustavo Angelim.

Durante o debate, o técnico admitiu que não há qualquer programa no âmbito do ministério para essa área específica, além dos projetos de melhoria da acessibilidade aos prédios públicos. A informação já havia sido verificada pela senadora, que disse temer um retrocesso no que diz respeito aos direitos dessa camada da população.

– O governo deve estar aberto a aceitar as emendas que apresentaremos, do contrário será um grande retrocesso – disse Lúcia Vânia.

De acordo com a senadora, a proposta orçamentária deixa sem recursos 16 programas voltados aos portadores de necessidades especiais.



Célio Azevedo

RETROCESSO Programas para pessoas deficientes ficarão sem recursos, afirma Lúcia Vânia

Agenda



Plenário comemora 50 anos da Petrobras

A sessão de hoje, às 14h30, comemora os 50 anos de criação da Petrobras. O Plenário deve ainda analisar duas medidas provisórias e um projeto de lei de conversão que trancam a pauta.

Uma MP trata da importação de diamantes e a outra de atentados contra aeronaves brasileiras (MPs nº 125/03 e nº 126/03). O projeto prevê apoio para distribuição de energia elétrica (PLV nº 24/03).

Sarney recebe ministros dos países de língua portuguesa

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje às 10h30 o ministro da Justiça, Márcio Thomas Bastos, acompanhado dos ministros participantes da 9ª Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa; às 11h30, o presidente da Gaspetro, Djalma Rodrigues de Souza; às 14h25, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra. Sarney assina ainda, às 11h, convênio entre o Senado Federal e o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (IBDD).

Portadores de necessidades especiais na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa hoje, às 10h, projeto que autoriza medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de necessidades especiais e projeto que concede passe livre às pessoas deficientes



carentes em vôos comerciais (PLS nº 313/99 e PLS nº 32/02, respectivamente). Será analisada ainda proposta que prevê a distribuição de medicamentos a portadores dos vírus das hepatites e de doenças hepáticas crônicas (PLS nº 85/02).

Reunião das Comissões de Orçamento e de Fiscalização e Controle

A reunião da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), marcada para ontem, foi transferida para as 10 horas de hoje. No mesmo horário, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para votar

projeto que reforça em cerca de 27 milhões o orçamento dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Cultura, do Esporte e do Turismo (PL nº 20/2003-CN).

Ministros devem discutir encontro da OMC

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, às 10h, para votar projeto sobre visto a estrangeiros portadores de documentos emitidos por governos não reconhecidos pelo Brasil (PLS nº 3/02). Será votado também requerimento solicitando a presença dos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Agricultura, Roberto Rodrigues, para prestarem esclarecimentos sobre a reunião da OMC em Cancún.



Comissão do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje às 9h para discutir, entre outros, o anteprojeto que propõe a criação do Parlamento do Mercosul e o relatório apresentado ao projeto que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização de vinho e derivados da uva entre os países do bloco (PLC nº 89/00).

CPI da Exploração Sexual

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as redes de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil se desloca hoje para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde fica até sexta-feira. O objetivo da viagem é promover audiências públicas com vítimas e acusados em diversos casos no estado.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



José Cruz

DENÚNCIAS Presidida por Patrícia, CPI realiza diligências na cidade de Campo Grande

CPI ouve vítimas de abuso sexual

A comissão parlamentar de inquérito que investiga as redes de prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes estará hoje em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para fazer diligências. Depoimentos de vítimas e acusados em diversos casos serão prestados na Assembléia Legislativa do estado, a partir das 14h.

O objetivo principal da presença da CPI em Campo Grande é investigar o caso em que os vereadores Robson Martins (PSDB) e César Disney (PT) são acusados pelo Ministério Público estadual de abusarem sexualmente de uma menina de 13 anos. A CPI deverá investigar o suposto envolvimento do ex-campeão mundial de atletismo Zequinha Barbosa.

Figuras públicas

Para a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), que preside a CPI, o fato de haver envolvimento de pessoas públicas em crimes contra crianças e adolescentes “é mais grave e revoltante, pois essas figuras públicas deveriam ser exemplos para a sociedade”. Ainda segundo a senadora, “é papel da CPI investigar a fundo todas as denúncias, independentemente de quem esteja envolvido”.

A comissão deve analisar outras denúncias de casos que, conforme Patrícia, não podem ser revelados para não interromper as investigações e para preservar as vítimas.

Também participam das oitivas na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Fátima Cleide (PT-RO), a relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS), e as deputadas Ann Pontes (PMDB-PA) e Thelma de Oliveira (PSDB-MT).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Valmir Amaral pede subsídio de 50% para o diesel

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) propôs que a Petrobras conceda subsídio de 50% no preço do diesel para o transporte público urbano. A medida, que na opinião do senador não prejudicaria a esta-

tal, permitiria reduzir o preço das passagens de ônibus em 20%, facilitando a vida de 50 milhões de brasileiros carentes.

– Para que as passagens de ônibus tenham os seus preços reduzi-

dos em 20%, bastaria tão-somente melhorar o combustível utilizado em carros de passeio, ou seja, a gasolina, em 3% – sugeriu ele.

Antes de fazer a proposta, o senador parabenizou antecipadamente a Petrobras pelos 50 anos de fundação, comemorados amanhã. Valmir ressaltou a importância da estatal para a economia do país e afirmou que, hoje, é a empresa brasileira mais conhecida no mundo e a que tem a melhor tecnologia de prospecção de petróleo em águas profundas.

Sarney recebe especialistas em segurança

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem integrantes da assessoria internacional do projeto Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública, lançado no mês passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e o Serviço Social da Indústria do Rio de Janeiro (Sesi-RJ).

O objetivo do projeto é, nos próximos seis meses, traduzir o Plano Nacional de Segurança Pública em ações para serem aplicadas por estados e municípios. Presente ao encontro, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a transferência de conhecimento e de experiência é valiosa para ajudar a reverter o processo criminoso.

Câmara homenageia luta pela criação da Petrobras

Presidente do Senado participa de entrega da Medalha do Mérito Legislativo a oito homens públicos

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da solenidade em que a Câmara dos Deputados agraciou com a Medalha do Mérito Legislativo – a mais alta comenda do Parlamento – oito homens públicos que lutaram na campanha “O petróleo é nosso”.

– Quero me associar às alegrias de todos que estão aqui, pela entrega desta medalha tão justa a figuras tão expressivas da vida brasileira, que lutaram, deram seu idealismo, sua força, sua bravura e um pedaço de sua vida em favor desse símbolo do pensamento nacional, não do empreendimen-



MÉRITO Sarney, ao lado do deputado Inocêncio Oliveira e dos homenageados José Eduardo Dutra e Seixas Dória

to nacional, mas do pensamento nacional, do desejo de afirmação nacional, que é a Petrobras – disse José Sarney na solenidade.

A iniciativa foi do deputado Jackson Barreto (PTB-SE) e o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) presidiu a cerimônia. Foram agraciados o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra; o ex-governador de Sergipe

Seixas Dória; o ministro Waldir Pires, da Controladoria Geral da União; o deputado Neiva Moreira (PDT-MA); o ex-deputado Fernando Santana; o ex-senador Chagas Rodrigues; a museóloga Celina Vargas, neta de Getúlio Vargas; e o funcionário Eugênio Antonelli, cuja carteira de trabalho registra a matrícula de funcionário nº 1 da Petrobras.

Papaléo destaca capacidade técnica

A Petrobras está adaptada à situação de competitividade internacional, principalmente por sua competência técnica, afirmou ontem Papaléo Paes (PMDB-AP), ao homenagear os 50 anos da maior empresa brasileira. O senador recordou a trajetória da história da companhia e citou dados de 2002



PUJANÇA Papaléo citou resultados alcançados pela Petrobras em 2002

que confirmam a sua pujança.

No ano passado, informou, a receita foi de US\$ 22,6 bilhões, o lucro líquido de US\$ 2,3 bilhões e os investimentos, de US\$ 4,9 bilhões. A Petrobras, presente em pelo menos seis países, tem 9.842 poços ativos, sendo 852 marítimos, 14 refinarias,

14.267 quilômetros de dutos e 55 navios petroleiros próprios (fora outros 60 que opera), disse o senador.

Papaléo Paes chamou a atenção, no entanto, para a necessidade de conciliação entre os interesses da empresa, os do Estado e os da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à capacidade de refino, aos novos investimentos e aos preços dos combustíveis que a Petrobras atualmente tem alinhado às cotações do dólar.

Valadares exalta vocação empreendedora do Brasil

Os 50 anos de fundação da Petrobras, amanhã, foram lembrados ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para quem a empresa é o mais eloqüente testemunho da capacidade empreendedora, da inteligência e do talento do povo brasileiro.

– A empresa é uma demonstração do que é capaz um país quando a vontade política do seu povo e seus líderes se une em torno de um objetivo e de um projeto – disse o senador.

Valadares citou dados que indicam a capacidade da empre-

sa, especialmente no que diz respeito ao avanço tecnológico. Outra face importante da companhia, destacada pelo senador, é a vocação para o investimento no país. Citando o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, o senador lembrou que a Petrobras investiu sozinha mais na economia brasileira do que as mais de 6 mil multinacionais aqui instaladas.

– Este é o povo brasileiro, capaz de levantar uma empresa genuinamente nacional que se tornou competitiva no mercado global de petróleo e gás na-



TRAJETÓRIA Para Valadares, história da empresa é prova do talento do povo brasileiro

tural e é capaz de exportar tecnologia. Nada disso foi conseguido sem obstáculos e sem encontrar resistência – destacou o senador, reservando elogios para o atual presidente da empresa, o ex-senador José Eduardo Dutra.

Lúcia Vânia vê divisão dentro do governo Lula

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou ontem que “o constante desencontro de opiniões entre os que estão no poder” faz crescer a sensação de falta de autoridade no governo. Para ela, falta coesão no que chamou de três poderes dentro do próprio Poder Executivo: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os que dão e impõem ordens e os integrantes do partido”.

Para a senadora, enquanto o presidente “conquista as platéias com seu discurso sincero”, um grupo palaciano “estimula o troca-troca partidário” e integrantes do PT contestam as propostas e projetos apresentados pelo partido no poder. Segundo a senadora, “as promessas e planos não cumpridos acirram ainda mais os ânimos dos que votaram em mudanças radicais”.

A falta de comando e o desencontro de opiniões na negociação das reformas vêm acompanhados, disse Lúcia Vânia, por um “triste cenário como pano de fundo”: queda na atividade industrial, o lucro exorbitante apresentado pelos bancos, o desemprego em alta e a crescente tensão no campo.

A representante goiana afirmou que a queda na popularidade do presidente Lula, aferida em recente pesquisa de opinião, vem da “desilusão de quem acreditou em suas propostas”. Isso faz, segundo Lúcia Vânia, com que a autoridade legítima deixe de ser reconhecida. Ela acrescentou que a estagnação da atividade econômica provoca a redução de impostos, que por sua vez inviabiliza a vida de estados e municípios. Lúcia Vânia disse que é preciso trabalhar com urgência pela governabilidade e lembrou que seu partido, que tantas vezes esteve ao lado do PT na luta pela democracia, está disposto a colaborar pelo progresso do país. Para ela, “a autoridade do governo e das instituições para acima das divergências partidárias”, mas “cabe ao governo apontar como iremos vencer o desemprego, a violência, a falta de moradia e as deficiências na educação e na saúde”.

REFORMAS

Representantes de editoras, jornais e emissoras de rádio e televisão participam de debate com senadores e alertam para as conseqüências negativas da proposta de mudança tributária para o setor

Jucá deve ser indicado relator na CCJ

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) deverá ser indicado hoje relator da reforma tributária. Às 10h, no gabinete do senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), os líderes partidários voltam a se reunir para buscar um entendimento.

Lobão acertou com os líderes que a indicação deveria ocorrer apenas depois da reunião de ontem da CCJ, para evitar interferência nos debates da reforma da Previdência.

– É uma negociação complicada, porque há enormes impasses regionais – disse Jucá. O senador informou que hoje haverá esforço para se obter consenso em alguns pontos,

como o prazo para que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) passe a ser cobrado no destino, e não no estado de origem do produto.

Emendas à matéria poderão ser apresentadas pelos senadores enquanto a proposta de reforma tributária (PEC nº 74/2003) estiver em discussão na CCJ.



Roosevelt Pinheiro

ACORDO Haverá esforço para o consenso em pontos da reforma tributária, diz Jucá

Hélio Costa condena a guerra fiscal

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou, em Plenário, que o texto da proposta de reforma tributária aprovada pela Câmara tenha causado desentendimentos entre os governadores em torno da questão da guerra fiscal. O fato levou o governador por Minas Gerais, Aécio Neves, a se reunir com o presidente Lula e o chefe da Casa Civil, José Dirceu, para combater o acirramento na oferta de benefícios e incentivos fiscais pelos estados na busca por investimentos produtivos.

Segundo informou o parlamentar, seu estado corre o risco de perder 90 empresas já implantadas e mais 148 prestes a se instalar, que estão sendo assediadas pelos governos de outros estados.

– Não vamos aceitar passivamente que deixem Minas Gerais empresas que geram emprego, renda e desenvolvimento para o estado – afirmou. Como forma de cobrir a oferta dos outros entes federados, o governo mineiro resolveu oferecer R\$ 3,5 bilhões em vantagens fiscais, prejuízo que deverá ser compensado pela atração de R\$ 15 bilhões em investimentos.

Estradas

Costa assinalou o empenho do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, em viabilizar a recuperação das estradas federais. Para o senador, a falta de recursos só poderá ser superada com a regulamentação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) apontou o “desleixo” do governo passado com relação às rodovias.



Roosevelt Pinheiro

ESTRADAS Hélio Costa defende a destinação de recursos da Cide para as rodovias

Mudanças podem afetar empresas de comunicação

■ Setor discutiu em audiência impactos da proposta de reforma tributária que está tramitando no Senado

A aprovação da proposta de reforma tributária tal como enviada pela Câmara dos Deputados ao Senado poderá afetar a saúde financeira das empresas de comunicação. O alerta foi feito por representantes do setor durante audiência pública conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática realizada ontem. A maioria dos depoentes apresentou sugestões de alteração do texto da reforma, a fim de que a área de comunicação não seja mais onerada. Do contrário, observaram, jornais, revistas, editoras e TVs poderão enfrentar uma situação ainda mais grave do que a atual.

Para o diretor da Agência Na-



Célio Azevedo

PREJUÍZOS Taxação de papel-imprensa importado foi uma das principais críticas apresentadas durante debate com senadores

cional de Jornais (ANJ), Fernando Martins, a intenção do governo de taxar o papel-imprensa importado pode colocar em risco periódicos, livros e revistas. Ele afirmou que a mídia impressa passa por uma das piores crises dos últimos 20 anos.

O vice-presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), Murilo de Aragão, informou que cerca de 80% do papel usado nas revis-

tas dependem da importação.

Alexandre Annenberg, diretor da Associação Brasileira de TV por Assinatura, defende que o setor pague o Imposto sobre Serviços (ISS) e não o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como deseja o governo. Já Evandro Guimarães, diretor da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert), espera que o bom senso prevaleça.

Osmar anuncia emenda em defesa da cultura

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR), disse que vai se empenhar, durante a tramitação da reforma tributária no Senado, para que os incentivos à cultura, ao desporto, à ciência e à comunicação sejam mantidos.

– Ninguém tem o direito de acabar com o incentivo a um dos setores mais importantes em qualquer sociedade e que mexe com a população – afirmou Osmar Dias, ao informar que vai iniciar a coleta de assinaturas entre os senadores para apresentação de uma emenda

ao texto da reforma, com o objetivo de preservar o incentivo cultural. Ele fez o anúncio ao final da audiência pública que reuniu ontem representantes do setor de comunicação para discutir o impacto da reforma tributária.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) observou que os meios de comunicação estão em crise e, por isso, defendeu a abertura de linhas de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para ajudar as empresas.

A senadora Maria do Carmo

Alves (PFL-SE) concordou com Hélio Costa e disse que a comunicação é um setor estratégico para o desenvolvimento do país e, como tal, deve ser amparado. Por isso também defendeu o apoio do BNDES ao setor.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, afirmou que a crise por que passa o Brasil nos vários setores, entre os quais o de comunicação, tem um motivo: o país não cresce há anos. A seu ver, somente a retomada do crescimento poderá trazer a revitalização da economia.



Roosevelt Pinheiro

INTERESSE Para Almeida Lima, governadores só pensam nos próximos três anos de mandato

Almeida Lima discorda de governadores

O posicionamento dos governadores em relação à proposta de reforma tributária formulada pelo governo recebeu críticas, em Plenário, do senador Almeida Lima (PDT-SE). A seu ver, os governadores estão preocupados apenas em viabilizar os próximos três anos de mandato e “deixarão as populações à míngua por décadas a fio”. Ele disse que, ao adotarem a guerra fiscal, os chefes dos executivos estaduais demonstraram ter “visão pequena, miúda e estreita”.

Almeida Lima afirmou que o governo federal priorizou, “de forma autoritária”, apenas os pontos de interesse da União e dos estados das regiões Sul e Sudeste, deixando de lado os interesses do resto do país. Na opinião do senador, a reforma é um remendo, pois modifica apenas a Desvinculação de Receitas da União (DRU), a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (Cide) e o Fundo de Compensação das Exportações.

– Um fundo de desenvolvimento nacional, nem pensar. As desigualdades regionais se aprofundarão ainda mais – advertiu o parlamentar.

REFORMAS

Comissão de Justiça rejeita ou considera prejudicadas 56 emendas apresentadas à proposta de mudanças na Previdência Social. As 147 restantes deverão ser analisadas na próxima terça-feira

CCJ mantém taxaço de servidores inativos

Capiberibe pede apoio ao controle social

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu a aprovação de emenda de sua autoria que estabelece o controle social de receitas e despesas da Previdência Social. Ele defendeu a necessidade de o sistema previdenciário ter o acompanhamento daqueles que para ele contribuem, para evitar o desvio de recursos públicos.

– Com essa sistemática, não há como haver desvio – afirmou, acrescentando que o próprio cidadão poderá descobrir se os recursos estão sendo desviados.

Capiberibe lembrou operação da Polícia Federal que prendeu, na terça-feira, uma quadrilha com dezenas de integrantes responsável pelo desvio de mais de R\$ 1 bilhão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Frisou não ser possível que os contribuintes da Previdência continuem a ser lesados.

De acordo com Capiberibe, há consenso no Senado para a aprovação de sua emenda. Caso seja acatada, disse, o Senado dará fim ao dito de que “o brasileiro só fecha a porta depois da casa arrombada”. A emenda, segundo ele, tem de ser aprovada “em nome da cidadania e dos princípios republicanos que esta Casa tem obrigação de resgatar”. Ao saudar o governador do seu estado, Waldez de Góes, presente no Plenário, o senador informou que existe no sistema previdenciário estadual do Amapá um controle semelhante ao que propôs.



Roosevelt Pinheiro

CONTROLE Para Capiberibe, é hora de o contribuinte deixar de ser sempre o lesado

Por 18 votos a 4, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu manter no texto da proposta de reforma da Previdência Social o dispositivo que permite a cobrança de contribuição dos inativos. A cobrança mobilizou na manhã de ontem as discussões da comissão, que começou a apreciar as emendas à reforma previdenciária.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor de um dos destaques que determinaram a votação em separado das emendas supressivas sobre o assunto, apontou a inconstitucionalidade da cobrança. Para o parlamentar, a taxaço atinge um direito adquirido.

Argumentos econômicos foram usados por Leonel Pavan (PSDB-SC) ao defender a rejeição da contribuição dos inativos. Segundo o senador, o resultado da arrecadação resultante da taxaço não implica volume significativo de recursos para que a Previdência elimine o alegado déficit.

Para Jorge Bornhausen (PFL-SC), a taxaço dos inativos vai provocar uma corrida ao Poder Judiciário. Citando o presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), ele ponderou que as atuais aposentadorias são um ato jurídico perfeito que se



Jone de Araújo

POLÊMICA Enquanto Alvaro Dias afirma ser a medida inconstitucional, Mercadante diz que apenas um país paga salário integral a aposentados

estabeleceu numa ordem jurídica então vigente.

Aloizio Mercadante (PT-SP) lembrou que, além do Brasil, somente Portugal mantém na aposentadoria a integralidade da remuneração recebida na ativa. Muitos estados, como Santa Catarina, já procedem à cobrança dos inativos, informou ele.

Em resposta, o líder do PFL, José Agripino (RN), leu decisão do Supremo Tribunal Federal segundo a qual razões de Estado não podem estar acima da hegemonia da Constituição.

Dizendo-se “radicalmente contrário à cobrança”, Sérgio Cabral (PMDB-RJ) afirmou tra-



Waldemir Rodrigues

tar-se de uma ironia decidir taxar os inativos quando se aprova o Estatuto do Idoso. O líder do PDT, Jefferson Péres (AM), salientou que o partido tem posição fechada contrária à taxaço. Porém, Jefferson votou contrário à emenda supressiva, já que pretendia buscar a alteração em outros destaques.

Já o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), disse esperar que as negociações entre os partidos venham a ampliar as possibilidades de isenção da cobrança de inativos não apenas para os portadores de doenças graves, como também para os aposentados com mais de 70 anos, entre outros.

Pontos que podem mudar ficam para terça

Sem a obstrução dos partidos de oposição, foram tranquilas as sete horas de reunião da CCJ de ontem. Nada lembrava a tensa madrugada da quinta-feira da semana passada, quando a obstrução oposicionista arrastou os trabalhos na comissão por quase 18 horas. Por acordo, os líderes deixaram para terça-feira vários pontos da reforma que podem receber mudanças, entre eles alterações no subteto salarial nos estados.

A isenção da taxa previdenciária de 11% para aposentados que tenham completado 70 anos acabou sendo derrubada, apesar de manifestações de desgosto de alguns senadores. Essa isenção é reivindicada pelos partidos de oposição, mas foi o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), que prometeu lutar, em Plenário, para que esses aposentados fiquem isentos. Com a declaração, até senadores descontentes com outros pontos da reforma anunciaram que votariam com o governo, por causa da promessa.

– Sou contra, como virou moda aqui, mas voto a favor – disse o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Ante a interrogação do presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), se o voto de Jereissati era contra ou a favor, ele repetiu sua frase, arrancando risos e descontraindo a reunião.

No geral, PSDB e PFL votaram contra o governo, enquanto a base governista (PT-PSB-PL-PTB) apoiou o relator da reforma, Tião Viana, que rejeitou todas as emendas em votação destacada. O líder do PDT, senador Jefferson Peres (AM), votou contra e a favor do governo, conforme o assunto.

Depois da reunião, o líder do governo, Aloizio Mercadante, reafirmou que a criação de uma fase de transição para quem está prestes a se aposentar “foi rejeitada por todos os governadores” e, por isso, “será difícil” aprovar emenda com essa finalidade.

CCJ rejeita 19 blocos de emendas

Nenhuma das emendas apresentadas pelos senadores à reforma da Previdência foi aprovada. A CCJ rejeitou ou considerou prejudicadas todas as 56 emendas que analisou ontem, de um total de 203. As 147 restantes deverão ser votadas na terça-feira, a partir das 10h.

Para acelerar os trabalhos, os líderes partidários fecharam um acordo que incluiu a votação em bloco de emendas com conteúdo semelhante. Dessa forma, foram rejeitados todos os 19 blocos de emendas analisados. Na próxima reunião, serão votados os 55 blocos de emendas restantes. A intenção é encerrar a votação até a meia-noite.

A emenda que propunha a ampliação do limite da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos, dos senadores José Jorge (PFL-PE) e Jorge Bornhaus-



Célio Azevedo

VOTOS Fiel ao seu relatório, Tião Viana (de gravata vermelha) pediu a rejeição de todas as emendas analisadas pela Comissão de Justiça

sen (PFL-SC), foi rejeitada por 14 votos a 8. O relator, senador Tião Viana (PT-AC), e o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defenderam a rejeição de todos os blocos de emendas.

As propostas que rejeitavam a fórmula de cálculo para as novas pensões, defendidas pelos senadores Álvaro Dias (PSDB-

PR), Leonel Pavan (PSDB-SC), César Borges (PFL-BA) e José Agripino (PFL-RN), foram rejeitadas por 13 votos a 8.

Pelo mesmo placar, a Comissão de Justiça não acolheu as emendas que defendiam a manutenção da paridade entre servidores públicos ativos e inativos e os pensionistas.

Serys é eleita presidente da Frente pelo Software Livre

A Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre elegeu ontem a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) como presidente e o deputado Walter Pinheiro (PT-BA) como vice. O presidente do Senado, José Sarney, foi escolhido presidente de honra. Há cinco outros senadores na mesa da Frente Parlamentar: Roberto Saturnino (PT-RJ), Paulo Octávio (PFL-DF), João Capiberibe (PSB-AP), Paulo Paim (PT-RS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A frente é composta de 125 deputados federais e 22 senadores, e defende o uso de programas de computador que tenham código-fonte público, o que permite sua alteração e distribuição.



Célio Azevedo

DirecTV levará ao ar 180 anos do Legislativo

O vice-presidente para a América Latina da DirecTV, Milton Torres, disse ontem ao presidente José Sarney que a empresa vai disponibilizar para todo o país – e também para o Uruguai e a Argentina – a programação da TV Senado referente às comemorações dos 180 anos do Poder Legislativo, que serão realizadas nos dias 13 e 14 de novembro. Um show do cantor Roberto Carlos, na Praça dos Três Poderes, encerrará as festividades.

Trabalho da Unilegis em exposição

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), 1º secretário do Senado, participou ontem da abertura da exposição institucional da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), na Senado Galeria. O evento contou também com a presença do diretor-geral do Senado, Agaciela da Silva Maia, do vice-reitor da Unilegis, Heitor Gurgulino de Souza, e do diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Florian Madruga. A Unilegis foi criada pelo Senado em 2001.

Sarney recebe médicos e pesquisadora sobre a Aids

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a socióloga Lindinalva Laurindo, que está escrevendo um livro sobre a história da Aids no Brasil, em colaboração com o médico Paulo Roberto Teixeira, pioneiro na luta contra a doença no país e que atualmente é coordenador do programa de Aids da Organização Mundial da Saúde (OMS).

– O depoimento do senador é muito importante para esta pesquisa, porque ele se destacou na história do combate à Aids – esclareceu a socióloga.

Também ontem, Sarney recebeu representantes da Associação Brasileira de Hospitais Universitários, preocupados com a indefinição de recursos para o setor no Plano Plurianual e no Orçamento de 2004 (o governo alocou os recursos dos 148 hospitais do país de forma genérica). O senador se disse sensibilizado com o pedido dos médicos.

Líder religioso budista visita senadores Suassuna e Paim

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) recebeu ontem de manhã, em seu gabinete, o mestre Hsing Yün, que, junto com o Dalai Lama, é o religioso budista mais conhecido na Ásia. O mestre veio acompanhado do representante de Taiwan no Brasil, Louis Kuo Ruey Chou. O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), também recebeu a delegação comandada pelo monge budista.

Sob a responsabilidade de Hsing Yün, já foram construídos mais de 200 templos no mundo, inclusive o templo Zu Lai, em São Paulo. A visita do mestre budista ao senador Suassuna deveu-se ao fato de o parlamentar presidir a Frente Parlamentar Brasil-Taiwan.



Waldemar Rodrigues

Mão Santa aponta a falta de iniciativa do governo

Senador não aceita o argumento de que só se passaram nove meses desde a posse do presidente Lula

O senador Mão Santa (PMDB-PI) alertou o presidente Lula para os sinais que vêm das pesquisas e que indicam uma queda na popularidade do governo. Para isso, usou também o documento divulgado na terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostra o desempenho econômico e social do Brasil ao longo do século 20. Segundo Mão Santa, a população brasileira cresceu dez vezes em cem anos, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 110 vezes.

– Mas a injustiça social cresceu mil vezes, e o Brasil conti-



AVISO Segundo Mão Santa, queda na aprovação popular deve servir de alerta ao governo

nua deitado em berço esplêndido. Esplêndido, mas injusto e cruel – declarou.

Mão Santa dirigiu-se à senadora Heloísa Helena (PT-AL), pedindo que ela entregasse o documento pessoalmente ao presidente Lula, “que depois de nove meses de governo parece ignorar a situação da popula-

ção brasileira”, declarou. Segundo Mão Santa, não é aceitável o argumento de que o governo tem apenas nove meses.

– É tempo bastante para se mudar alguma coisa. Napoleão Bonaparte, em apenas nove meses, criou tanta confusão que até hoje o mundo sente os efeitos do que ele fez – afirmou.

O senador disse que tem autoridade para falar porque é oriundo do PMDB verdadeiro, o de “Ulysses encantado no fundo do mar e o de Teotônio Vilela com câncer”.

– Queda de popularidade de governo não tem freio. Há coisas que não se podem esconder, não há Duda Mendonça que esconda, como não escondeu o DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] de Getúlio Vargas, o Duda Mendonça da época, ou Goebbels durante o nazismo alemão – observou Mão Santa.

Para Sibá, Lula está no caminho certo

O senador Sibá Machado (PT-AC) fez ontem um histórico das enormes dificuldades enfrentadas pelo governo Lula e garantiu que o caminho percorrido até aqui é o correto.

– Não se constrói um prédio a partir da cobertura. Começamos pelas coisas que são estruturais, mas que são feias e quase invisíveis. Só quando o conjunto da obra estiver pronto, teremos idéia da beleza da edificação – disse o senador.

Sibá citou o exemplo do desempenho agrícola.

– Sempre dizem, “o PT não pode assumir a paternidade da



TRABALHO Sibá garante que o governo Lula não vai decepcionar os eleitores

safra, isso é obra do governo anterior”, e eu admito que é verdade. Mas, da mesma forma, não podemos assumir a

responsabilidade por problemas anteriores ao governo, e que são muito graves – observou o senador.

O parlamentar lembrou a vitória do PT, em 1988, quando Luiza Erundina venceu e assumiu a Prefeitura de São Paulo. Na ocasião, lembrou, o jornalista Alexandre Garcia fez a reportagem para o *Jornal Nacional* e afirmou que “com essa vitória, o PT pôs o pé direito no rumo do Palácio do Planalto”. Sibá garantiu a Garcia que o PT não vai decepcioná-lo e nem o grande número de eleitores que votaram em Lula.

Suplicy saúda unificação dos programas sociais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou ontem a criação do Conselho Gestor Interministerial dos programas de distribuição de renda do governo federal. A unificação dos programas pelo conselho foi anunciada pelo presidente Lula, em reunião com os governadores estaduais.

Segundo Suplicy, trata-se de um avanço na direção da implantação, no Brasil, de uma renda básica da cidadania. No fim do ano passado, lembrou,

o Senado aprovou projeto de lei de sua autoria que cria no país, de forma gradual, a renda básica de cidadania, que é uma renda mínima destinada a cada cidadão, independente de cor, raça ou religião.

O senador informou que o novo conselho unificará os programas até agora vigentes, como bolsa-escola, bolsa-alimentação, cartão-alimentação (relativo ao Fome Zero), auxílio-gás e erradicação do trabalho infantil, até então executa-



PASSO Suplicy acredita que esse é o caminho para se implantar a renda básica da cidadania

dos por diversos ministérios. O chefe da Casa Civil, José Dirceu, será o presidente do conselho, que terá Ana Maria Medeiros da Fonseca como secretária-executiva.

Senadores querem evitar apagões

Foi realizada ontem, por iniciativa do senador Delcídio Amaral (PT-MS), reunião para discutir a questão energética do país, com a participação de senadores, autoridades do setor e técnicos da Associação Brasileira de Geradores de Termelétricas. O objetivo é fazer estudos para viabilizar a expansão da energia termelétrica, com vistas a solucionar a questão do setor e evitar que aconteçam apagões no futuro, devido aos problemas com a energia hidrelétrica, segundo a solicitação do senador.

Na reunião foi discutida também a questão do uso do gás natural. Participaram do encontro os senadores César Borges (PFL-BA), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e João Batista Motta (PPS-ES), além do próprio Delcídio Amaral.

Zambiasi faz homenagem ao Correio do Povo

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) manifestou sua satisfação com os 108 anos de existência do jornal gaúcho *Correio do Povo*, completados ontem. Ele ressaltou que essa é uma data especial para o povo do Rio Grande do Sul, tendo em vista o papel de defesa da democracia e do estado de direito que o jornal exerceu durante todos esses anos.

Zambiasi lembrou que, em seu primeiro editorial, o jornalista Caldas Júnior definiu as regras de conduta do jornal que nascia, bem como dos jornalistas que deveriam trabalhar no *Correio do Povo*, insistindo “no respeito à ética profissional, na defesa da democracia e da população do estado e do Brasil, sem viés de posições políticas ou partidárias”.



MÉRITO *Correio do Povo* sempre defendeu o estado de direito, disse Sérgio Zambiasi

ACM cobra recuperação das estradas brasileiras

■ “É um descalabro. A malha rodoviária está sendo destruída, as ferrovias não funcionam”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu providências do governo federal para resolver a situação crítica por que passa o setor de transportes do país.

– É um descalabro. A malha rodoviária está sendo destruída, as ferrovias não funcionam. É preciso colocar um ponto final nessa política de contenção de gastos que está trazendo recessão e desemprego. Está na hora de dar início a um programa de obras públicas – afirmou o senador, para quem a política do governo federal de não investir no setor de transportes



SUGESTÃO Para ACM, Congresso deve interceder junto ao governo

é suicida e precisa ser interrompida.

Em relação à Bahia, Antonio Carlos Magalhães disse que o estado construiu uma malha rodoviária muito boa, com recursos estaduais e do Banco Interamericano de Desenvolvi-

mento (BID), mas que está sendo dilapidada pelo trânsito pesado de caminhoneiros que querem escapar das estradas federais, em péssimo estado.

Antonio Carlos disse haver recursos internacionais do Banco Mundial e do BID prontos para serem utilizados em projetos no setor de transportes em várias unidades da Federação. No caso da Bahia, há US\$ 40 milhões já aprovados para a construção do metrô de Salvador, mas falta a contrapartida brasileira, destacou ACM.

O senador sugeriu que o Congresso, mediante as comissões permanentes do Senado e da Câmara relativas ao assunto, interceda junto ao governo pela imediata retomada dos investimentos em rodovias, ferrovias e hidrovias.

Ana Júlia defende obras na Transamazônica

Citando relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta irregularidades em obras da BR-230, a rodovia Transamazônica, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) apelou por uma intervenção do Ministério dos Transportes de



Ana Júlia Carepa faz apelo ao Ministério dos Transportes

modo a recuperar minimamente as condições de tráfego na estrada.

– Este quadro não pode ser-

vir para impedir uma atitude do governo federal. É urgente uma intervenção firme, sem abrir mão da apuração rígida das irregularidades detectadas pelo TCU – disse a senadora.

De acordo com Ana Júlia Carepa, o tribunal de contas detectou que contrato celebrado entre a Secretaria de Transportes do Pará e a empresa Engesa sofreu modificações no item terraplenagem, sendo injustificadamente ele-

vado de R\$ 5,513 milhões para R\$ 14,593 milhões – aumento de 164%. Além disso, dos 74 quilômetros de pavimentação previstos no mesmo contrato, conforme o TCU, apenas 57 quilômetros foram efetivamente executados.

Ana Júlia destacou também que o secretário de Transportes do Pará foi chamado pelo TCU a prestar esclarecimentos em 15 dias sobre essas e outras irregularidades. O mais grave, salientou a senadora, são os prejuízos para a população, decorrentes da paralisação das obras na rodovia.

Tourinho pede aprovação de MP sobre energia

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pediu a aprovação imediata do projeto de lei de conversão (PLV nº 24/2003) da Medida Provisória nº 127/2003, que trata da universalização da oferta de energia elétrica, bem como dos meios para contornar a incapacidade financeira da população de arcar com tarifas mais altas e das distribuidoras de suportar dívidas maiores do que as que já possuem atualmente.

Segundo ele, a solução para o endividamento excessivo das concessionárias de distribuição de energia elétrica está no aporte de recursos subvencionados.

Tourinho lembrou ser autor de um projeto (PLS nº 224/2003) tratando de assegurar a todos os brasileiros o acesso à energia elétrica. Ao saber que o governo havia apresentado uma MP com o Programa de Apoio Emergencial Financeiro às Concessionárias de Energia Elétrica, ele disse ter feito entendimentos com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, propondo sugestões para que o projeto de lei de conversão incluísse metas para a universalização.

O senador observou que o PLV nº 24/2003 dá um grande passo na direção da conquista da universali-



PARA TODOS Tourinho crê na universalização da oferta de energia até 2008

zação até 2008. O projeto está trancando a pauta de votações no Senado, informou.

Em aparte, Delcídio Amaral (PT-MS) elogiou a contribuição de Tourinho no aprimoramento da MP, que atende as necessidades do setor de energia elétrica.

Paim alerta para lobby contra idosos

Autor do projeto quando ainda era deputado federal, o senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a sanção do Estatuto do Idoso, ocorrida em cerimônia no Palácio do Planalto que ele classificou como “emocionante e plena de otimismo e esperança para os 15 milhões de brasileiros que vivem a terceira idade”.

Paulo Paim alertou para o lobby que visa suprimir o item do estatuto que proíbe a discriminação dos idosos pelos planos de saúde.

– Os planos praticamente dobram o valor das mensalidades justamente quando a renda do idoso cai. Você paga uma vida toda e quando passa para outra faixa de idade tem que abandonar o plano de saúde no momento em que mais precisa dele – assinalou.



Paim comemorou a sanção do Estatuto do Idoso

Maguito comemora as conquistas

O Dia Internacional do Idoso foi lembrado ontem pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que assinalou a sanção do estatuto que regulamenta os direitos da população na terceira idade. Ele destacou o trabalho feito pelo relator

do projeto, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

– Esse foi, sem nenhuma dúvida, um dos grandes feitos dessa legislatura – afirmou.

Com a vigência do Estatuto do Idoso, lembrou Maguito, fica reduzida de 67 para 65 anos a idade mínima para se requerer o benefício de um salário mínimo. A nova lei veda a discriminação do idoso com a cobrança de valores diferenciados por parte dos planos de saúde e garante o fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso contínuo, assim como próteses e outros recursos de habilitação.



Maguito: um dos grandes feitos da atual legislatura

Tebet cobra verbas para os estados e municípios

Governo liberou até agora menos de um terço dos recursos previstos no Orçamento, diz senador

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu, em discurso, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à equipe econômica que autorizem a liberação dos recursos consignados no Orçamento de 2003 para estados e municípios. A medida, assinalou, ajudaria a dissipar "o clima de tensão" nos entes federativos. Ele ressaltou a "luta travada pelos prefeitos" para conseguir os recursos destinados a saldar as contas do município.



Fotos: Roosevelt Pimentão

SOLUÇÃO Tebet afirma que recursos podem ajudar inclusive a combater o desemprego

– Será que vai ficar tudo em restos a pagar outra vez? – indagou, lembrando que faltam apenas três meses para o encerramento do exercício.

O parlamentar lembrou que

até agora não foi liberado sequer um terço dos recursos do orçamento.

O contingenciamento de verbas atingiu inclusive as emendas coletivas dos parlamentares, atrasando investimentos em infra-estrutura, disse. Além de melhorar a qualidade de vida, a liberação dos recursos pode ajudar a reduzir o desemprego, que estaria crescendo em progressão geométrica, afirmou.

Como a retenção das verbas tem sido recorrente, Tebet reforçou o discurso dos parlamentares que defendem a adoção do orçamento impositivo.

– Vou unir minha voz à de todos os que clamam por um orçamento impositivo, para que o que conste dele seja efetivamente liberado.

Mozarildo apóia prerrogativas dos estados

Ao lembrar a comemoração, ontem, do Dia do Vereador, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) destacou a importância da aprovação da proposta do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que devolve aos estados a prerrogativa de criar novos municípios.

– A atual legislação, deixando essa capacidade no plano federal, na prática impede a criação de novos municípios – disse.

Mozarildo afirmou que a má fama do vereador, visto como "o homem que faz trapaça ou burla a legislação", é injusta. Ele ressaltou que o vereador exerce o papel inestimável de desenvolver o sentido de cidadania. Além disso, acrescentou o



EMENDA Mozarildo defende aprovação da PEC que altera regras sobre novos municípios

senador, o noticiário da imprensa tem mostrado que a grande corrupção ocorre no plano federal.

Para Mozarildo, a atual legislação sobre criação de novos municípios representa uma in-

terferência nos princípios básicos da Federação estabelecidos pela Assembléia Nacional Constituinte.

Ele considera normal, e até desejável, que o governo federal estabeleça critérios para a divisão de municípios, mas manifestou sua opinião de que cabe aos estados a iniciativa e supervisão do processo.

Mozarildo salientou a necessidade de serem tratados desigualmente estados e municípios desiguais. A realidade de Roraima, com uma população dispersa em áreas muito grandes, requer uma divisão em municípios com regras diversas de estados populosos e pequenos como Alagoas e Sergipe, observou o parlamentar.

Tuma exalta papel do legislador municipal

O 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), registrou, ontem, a passagem do Dia Nacional do Vereador, anunciando que os vereadores serão homenageados no dia 13 de novembro, em sessão solene do Congresso Nacional. Ao valorizar o tra-



Tuma lembra criação da câmara pioneira de São Vicente, em São Paulo

balho daqueles "que representam a vontade do povo no seu nível mais sensível e essencial", Tuma observou que cabe ao vereador influir em decisões que repercutem a todo o momento na qualidade de vida das famílias brasileiras.

– Em parceria com o prefeito, é o

vereador quem cuida do lugar onde moramos, da vizinhança do nosso lar, dos caminhos que precisamos utilizar no dia-a-dia.

Tuma lembrou que as câmaras de vereadores remontam às origens da história política brasileira, e que a figura desse legislador surgiu em 1532, quando Martim Afonso de Sousa instalou a primeira câmara legislativa das Américas, na vila de São Vicente.

Leonel Pavan destaca a Oktoberfest de Blumenau

A realização, este mês, da Oktoberfest de Blumenau (SC) foi destacada pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Ele afirmou que o evento é uma cópia da festa do chope de Munique, na Alemanha, iniciada quando o rei Luís I da Baviera abriu ao povo a festa de seu casamento com a princesa Teresa, da Saxônia.



Pavan também critica o governo pelo mau estado das rodovias

O senador disse que cerca de meio milhão de turistas deverão chegar a Blumenau para a festa. Salientou que o presidente Luís Inácio Lula da Silva recebeu de

presente do prefeito de Blumenau, Décio Lima, um chapéu de couro e um bermudão típicos da Baviera.

Leonel Pavan também criticou o governo federal pelo estado de abandono em que se encontram as estradas brasileiras. O senador pediu ao Ministério dos Transportes que não pague às empreiteiras responsáveis

pela recuperação das rodovias BR-101 e BR-280, já que, assegurou, os trabalhos estão sendo feitos de forma incorreta.

Garibaldi defende os criadores de camarão

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem os criadores brasileiros de camarão marinho, especialmente do Nordeste, que vêm sendo acusados por organizações não-governamentais ambientalistas de poluir e descaracterizar o meio ambiente.



Setor apresenta ganho de produtividade, diz Garibaldi Alves

– No entanto, o fato de existi-

rem fazendas funcionando no Ceará há mais de 20 anos, com ganhos sucessivos de produtividade, é prova de que a atividade é ambientalmente sustentável – argumentou o parlamentar.

Em apartes, Garibaldi Alves recebeu apoio dos senadores Mão Santa (PMDB-PI), César Borges (PFL-BA) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Heloísa protesta contra o novo acordo com usineiros

O novo acordo para renegociação das dívidas dos usineiros de Alagoas provocou protesto da senadora Heloísa Helena (PT-AL). A nova proposta, informou, foi encaminhada pelo governador Ronaldo Lessa à Assembléia Legislativa.

A senadora disse ter ficado "assombrada" com o acordo, apresentado aos deputados estaduais logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter decidido, por unanimidade, que o acordo anterior, de R\$ 1 bilhão, era inconstitucional. Para ela, a nova proposta é "imoral, absolutamente insustentável



Para Heloísa Helena, a proposta não encontra apoio no Direito

juridicamente".

– Se a Assembléia aprovar, teremos de entrar com nova representação junto ao Ministério Público Federal para que mais esse acordo, lesivo ao povo de Alagoas, não seja de fato efetivado.

Segundo Heloísa Helena, os usineiros ganharam, no primeiro semestre deste ano, 68% a mais do que faturaram nos primeiros seis meses do governo Fernando Henrique.

– À exceção dos banqueiros, nunca vi uma categoria parasitar e privatizar tanto a máquina pública quanto os usineiros – afirmou a senadora.